

---

## Visão da imprensa cearense sobre o motim da Polícia Militar do Ceará<sup>1</sup>

Carlos Eduardo Pereira Freitas<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### Resumo

Este artigo busca compreender quais estratégias discursivas foram utilizadas pelos jornais cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste* na cobertura sobre o primeiro motim da Polícia Militar do Ceará, em 1997. A pesquisa identifica, por meio da Análise de Discurso, como o movimento foi interpretado pela imprensa a partir das significações que emergem do discurso jornalístico e dos enquadramentos realizados. Para isso, são analisados textos escritos, imagens publicadas e silenciamentos efetivados nas páginas de ambos os periódicos. Observa-se que o discurso foi construído para provocar desmobilização, desacreditação e punição aos policiais militares desviantes.

**Palavras-chave:** motim; polícia militar; cobertura; jornalismo; Análise de Discurso.

### Introdução

O ano de 1997 marca um momento crucial para a compreensão do funcionamento da segurança pública brasileira e até hoje tem efeitos concretos. Foi neste ano que a Polícia Militar de Minas Gerais, irrompendo as características de sua função (calcadas no bipé hierarquia e disciplina) e indo de encontro ao seu princípio constitucional, promoveu uma série de protestos contra o governo mineiro. Conforme Alves (2013, p. 11), os principais motivos que levaram os policiais às ruas naquele período foram as questões salariais e o regramento militar vigente, que garantia maiores privilégios aos oficiais em detrimento das praças.

O movimento reivindicatório em Minas Gerais se espalhou pelo Brasil, caracterizando um ciclo nacional de protestos (ALMEIDA, 2010, p. 23), cujos efeitos foram sentidos através de atos e paralisações de atividades de policiais militares em 14 estados, incluindo o Ceará. Enquanto os protestos em Minas Gerais duraram cerca de 15 dias<sup>3</sup>, os policiais cearenses só conseguiram sustentar suas pautas nas ruas por três dias.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: [cadufreitaass@gmail.com](mailto:cadufreitaass@gmail.com). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes).

<sup>3</sup> Mais detalhes sobre os protestos de policiais militares em Minas Gerais estão na tese de Almeida (2010) e na dissertação de Alves (2013).

---

Em Fortaleza, a movimentação iniciou no dia 29 de julho e terminou no dia 31, após a prisão de lideranças policiais e o afastamento e exoneração de integrantes.

Este estudo tem como principal objetivo entender que visões sobre o primeiro motim da Polícia Militar do Ceará estão presentes nos discursos da mídia impressa cearense. Para isso, compreendemos que, apesar de o motim estar imerso em um contexto de movimentos em todo o Brasil, há características específicas regionais inerentes tanto à corporação militar quanto à imprensa cearense. Pretende-se entender como as narrativas construídas sobre o evento emergem das páginas dos jornais.

O corpus deste artigo é formado pelas edições de 30 e 31 de julho, além de 1º de agosto de 1997, dos jornais *Diário do Nordeste* e *O Povo* sobre o motim daquele ano. Pretende-se analisar a construção narrativa do crime militar perpetrado pelos policiais, considerando os textos escritos, as imagens escolhidas, os silenciamentos promovidos e o contexto sócio-histórico do momento, tendo como referencial teórico-metodológico a *Análise do Discurso* sob a perspectiva de Orlandi (2000; 2007) e Pechêux (1997).

Antes da análise em si, será apresentado um breve histórico do movimento de 1997 construído a partir da leitura dos jornais da época com o intuito de situar o leitor sobre os acontecimentos aqui analisados. Em seguida, serão apresentados os conceitos que atravessam o movimento sob o ponto de vista sociológico e deontológico. Utilizando os preceitos de Reiner (2004), será debatida a imagem da corporação na mídia para suscitar a discussão sobre esfera pública e enquadramento midiático.

### **Como foi o motim cearense de 1997**

Pouco mais de um mês após o fim do motim mineiro – ocorrido com um relativo sucesso, já que proporcionou aos policiais estaduais aumento salarial e revisão no código de disciplina da corporação (ALVES, 2013, p.32) – e imerso em outros protestos militares que explodiram nas demais unidades federativas, a Polícia Militar do Ceará, pela primeira vez em 162 anos de história, decidiu parar.

No dia 29 de julho de 1997, grupos de policiais civis saíram às ruas e foram até a sede do então 5º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no Centro de Fortaleza, convocando militares que, apesar de não terem realizado a assembleia que selaria a adesão, optaram por ingressar no movimento. O grupo caminhou em direção ao Palácio

---

da Abolição, sede do governo cearense, onde encontrou uma barreira de policiais do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) e do Batalhão de Choque da PM.

Uma confusão mal explicada entre as tropas fiéis ao governo e os policiais amotinados provocou um conflito armado que deixou seis feridos, entre eles o comandante-geral da Corporação, Mauro Benevides. O coronel foi atingido por uma bala no ombro, encaminhado a um hospital e retornou ao trabalho dias depois.

Em seguida, militares que ainda não tinham votado a adesão ao movimento, aprovaram a entrada nas ações e caminharam em direção ao centro da cidade, fazendo buzinaço e apitaço durante a noite. As pautas eram essencialmente financeiras, com incremento no salário, pagamento de diárias e aumento no percentual de risco de vida.

Enquanto o protesto ia ganhando corpo, o governo estadual, sob a chefia de Tasso Jereissati (PSDB), ameaçou punir os militares que aderiram aos protestos com afastamento e até demissão, abriu concurso para novos policiais e fechou canais de diálogo com os manifestantes e suas lideranças. Ao mesmo tempo, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), autorizou a utilização das forças armadas e da Polícia Federal para atuar na segurança pública cearense.

No segundo dia, 30 de julho, lideranças do movimento foram presas no início da manhã. No entanto, ainda que enfraquecidos pelas prisões e pelo que os jornais classificaram como baixa adesão, houve passeatas nas ruas do centro de Fortaleza durante o dia. Não houve conflitos, nem ocupação de prédios públicos, mas uma assembleia organizada durante a tarde reiterou o motim militar aprovado no dia anterior.

No dia 31 de julho, o governo publicou uma lista de afastamentos e exonerações de policiais amotinados que já haviam sido identificados até aquele momento, incluindo o líder do motim na PM. Pela manhã, enquanto um novo ato era organizado, oito policiais foram presos por participação no movimento. Em razão da rápida e dura ação do governo estadual em compactuação com o governo federal, o movimento foi suprimido no início da tarde, sem atendimento às demandas militares.

### **Sujeitos de direito e/ou militares?**

A cobertura da imprensa sobre os protestos de 1997 no Estado têm relevância fundamental para compreender como foi interpretado esse motim inédito, ainda que ele estivesse imerso em um ciclo nacional de protestos das corporações. Neste artigo, esses

---

movimentos são considerados como novo repertório da ação coletiva policial militar (ALMEIDA, 2010, p. 24); e crime militar (BRASIL, 1969; 1988).

Do ponto de vista sociológico, o movimento em questão pode ser compreendido como indica Almeida (2010). Segundo ela, como as corporações militares não haviam entrado em dissonância direta com o poder estatal até aquele momento, quando houve uma erupção das próprias reivindicações, promoveu-se o surgimento de um novo repertório à ação coletiva policial militar. Assim, houve afastamento da identidade militar quando os agentes passaram a se reconhecer como “soldados-cidadãos” (sujeitos de direito), por meio da valorização de uma cultura política democrática da qual a greve faz parte” (ALMEIDA, 2010, p.24).

O motim de 1997 teria excitado a suposta identidade civil de uma polícia cuja cultura foi instrumentalizada pelo militarismo das Forças Armadas. É importante pontuar ainda que essa dita identidade civil se confunde com a própria identidade militar, uma vez que os agentes mantiveram seus armamentos e fardamentos. A fim de explicar essa incoerência do próprio termo fundante da “polícia militar”, Zaverucha (2005) recorre à literatura para classificar a corporação como um oxímoro<sup>4</sup>:

A polícia como órgão incumbido de prevenir a ocorrência da infração penal e, se ocorrida, exercendo as atividades de repressão, é uma instituição de caráter civil. Não há necessidade de acrescentar a palavra militar ao substantivo policial. Adicionar o termo civil é um pleonasma. Tanto é que a polícia militar da Espanha chama-se Guardia Civil. Só que civil neste caso não é o contrário de militar, mas sim originário de “civitas”. Ou seja, uma guarda que protege o cidadão (ZAVERUCHA, 2005, p. 76).

Contudo, essa identidade civil, que parece ter emergido nos policiais militares em 1997, esbarra na própria legislação que define os integrantes da corporação. Na perspectiva deontológica, é importante considerar a vedação cristalina à sindicalização e à greve por parte de militares, contida no artigo 142 da Constituição Federal de 1988. Além disso, movimentos desse teor são caracterizados como crimes contra a autoridade ou disciplina no artigo 149 do Código Penal Militar (CPM). Nesta lei – decretada em 1969, no auge da ditadura militar brasileira – ações desse tipo são consideradas como motim, resultando em possibilidade de reclusão de quatro a até 20 anos para militares infratores (BRASIL, 1969).

---

<sup>4</sup> Oxímoro é uma figura de linguagem que reúne palavras em sentidos opostos para parecerem contraditórias e reforçarem tais expressões. Zaverucha (2005) cita exemplos como: jovem senhor e sossego ensurdecedor.

---

As divergências sobre a identidade militar e as supostas identidades civis que levaram os policiais a provocar um movimento contrário à lei que os rege mostram a complexidade para interpretar esse primeiro motim à luz da democracia. A fim de realizar a cobertura de um evento midiático desta magnitude, a imprensa construiu narrativas que apresentaram o motim num meandro de informações dissonantes e, por vezes antitéticas, por meio de técnicas utilizadas quando há conflitos que resvalam no Estado ou em detentores de poder. Esses tópicos serão abordados a seguir, logo após a discussão da visão da mídia sobre a polícia.

### **A polícia (e o motim) segundo a mídia**

Em seu livro “A Política da Polícia”, o sociólogo inglês Robert Reiner dedica um capítulo para tratar do que ele considera a mistificação da polícia britânica criada a partir do olhar da mídia. Conforme o autor, há um paradoxo natural na cobertura de eventos policiais, pois “a mídia, mesmo quando está reproduzindo perspectivas que legitimam fundamentalmente o papel da polícia, ainda assim critica e questiona muitas ações específicas da polícia e de policiais individualmente” (REINER, 2004, p. 204).

Essa atividade complexa, que ainda hoje perdura na cobertura policial, é tensionada especialmente em momentos nos quais a polícia assume uma prática desviante, ou seja, quando promove crimes ao invés de coibi-los. Este fato no qual a instituição ou o sujeito policial está em desacordo com as normas determinadas constitui-se em um valor-notícia<sup>5</sup>, que está imerso em uma série de critérios de noticiabilidade suficientes ou não para gerar uma cobertura específica.

Essa busca pelas ações desviantes faz com que repórteres procurem, de forma consistente, malfeitos da corporação policial, como casos de corrupção e escândalos funcionais (REINER, 2004, p. 207). Era de se esperar que um motim promovido por policiais militares não passasse despercebido dos olhares jornalísticos, especialmente quando se considera que o evento está ocorrendo pela primeira vez na instituição.

Conforme Reiner (2004, p. 234), essas coberturas que questionam o papel policial decorrem de uma visão não monolítica sobre a polícia, ainda que os trabalhos jornalísticos contribuam para a legitimação do trabalho funcional. Por causa desses

---

<sup>5</sup> Considera-se aqui o motim contendo valor-notícia de seleção (TRAQUINA, 2020, p. 61-67), alinhando uma série de características substantivas, sendo as mais proeminentes: a proximidade, o inesperado e a infração. Ressalte-se que esses valores-notícia estão presentes apenas na existência do evento circunscrito ao local, mas que acabam ensejando outros valores-notícia com o seu desenrolar, como o conflito e a relevância.

---

desvios corporativos noticiados, o autor avalia que, aos poucos, a polícia vem perdendo credibilidade frente à sociedade e por isso “a confiança do público é provisória e frágil e tem de ser renegociada caso a caso” (REINER, 2004, p. 235).

Essa suposta ausência de confiança pode indicar o porquê de a cobertura jornalística sobre o motim estar mais crítica à polícia, pois haveria na esfera pública<sup>6</sup> um embate de forças capazes de deslocar a opinião pública mais fortemente de forma contrária aos policiais amotinados. Conforme ensina Habermas:

Na esfera pública, as manifestações são escolhidas de acordo com temas e tomadas de posição pró ou contra; as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Tais opiniões enfeixadas são transformadas em opinião pública através do modo como surgem e através do amplo assentimento que ‘gozam’ (HABERMAS, 2003b, p. 94).

Convém, porém, lembrar que o autor considera não haver caráter estatístico na opinião pública, pois ela não representa uma junção de diversas opiniões individuais agregadas, distanciando-se assim de uma pesquisa de opinião de fato (HABERMAS, 2003b, p.94). Até porque o jornalismo não teria tempo suficiente ou instrumentos necessários para realizar pesquisas que indicassem os pontos de vista majoritários da população cearense naquele momento e antes de saírem as primeiras reportagens.

Por isso, o jornalismo trabalha com inferências que resvalam das disputas ocorridas através dessas opiniões, lutas essas que se dão na esfera pública em função da vontade de se obter influência e prestígio (HABERMAS, 2003b, p.95). É neste contexto que devem ser consideradas as relações de poder das instituições aqui colocadas como o Estado e a imprensa. O primeiro, com interesse claro em desmobilizar o motim policial; o segundo, como suposto intermediador do conflito.

Esse processo de mediação ocorre pressupondo os critérios de valores-notícia já descritos anteriormente, mas também se constrói a partir da técnica de enquadramentos, considerando as instâncias pessoais de produção e ponto de vista do jornalista, assim como os interesses empresariais e a linha editorial do veículo no qual se produzem as informações. Considera-se aqui o conceito clássico de Robert Entman sobre enquadramento:

---

<sup>6</sup> Compreende-se esfera pública como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003b, p.92).

---

Enquadrar essencialmente envolve selecionar e salientar. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo, de tal forma a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ou tratamento recomendado para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa<sup>7</sup>).

Partindo da compreensão do conceito da teoria do enquadramento, acredita-se que é possível observar de forma mais clara qual o ponto de vista da imprensa cearense sobre o primeiro motim da Polícia Militar do Ceará. Entman (1993, p. 52) acredita em quatro instâncias presentes no processo comunicativo para a produção de enquadramentos: os comunicadores, o texto, o receptor e a cultura.

A nós interessa especialmente a segunda instância (relativa ao texto), cujas seleções e saliências podem apontar para questões de produção jornalística e disputas de poder presentes nas coberturas sobre o motim. Na instância textual, pode haver “presença ou ausência de certas palavras-chaves, frases feitas, imagens estereotipadas, fontes de informação, e sentenças que fornecem tematicamente o reforço de conjuntos de fatos ou julgamentos” (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa<sup>8</sup>).

Para compreender melhor como se constrói o discurso jornalístico sobre o motim policial cearense, utilizaremos como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso, nas perspectivas de Orlandi (2000; 2007) e Pechêux (1997), considerando não apenas o que “salta” do texto escrito, mas também imagens e diálogos promovidos pelo conjunto da produção impressa dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*.

### **Análise de discurso**

O referencial teórico-metodológico utilizado neste artigo é a Análise de Discurso (AD), que dialoga com o trabalho em questão na perspectiva de ajudar a compreender melhor como as técnicas jornalísticas foram utilizadas no enquadramento do evento, assim como pode sugerir de que forma a imagem de polícia foi utilizada na cobertura.

A Análise do Discurso, conforme Eni Orlandi, está mais interessada em saber como o texto expressa significações e não o que ele representa de fato. De acordo com a

---

<sup>7</sup> “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and /or treatment recommendation for the item described” (No original).

<sup>8</sup> “[...] Presence or absence of certain key-words, stock phrases, stereotyped images, sources of information, and sentences that provide thematically reinforcing clusters of facts or judgements” (No original).

---

autora, “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (ORLANDI, 2000, p.17). Assim, uma das questões principais a serem respondidas quando se utiliza AD é: o que o texto quer dizer?

Para que essa resposta seja dada será necessário passar por alguns processos metodológicos a fim de compreender, em diferentes níveis, como se expressam os textos jornalísticos da imprensa cearense sobre o motim da PM. Para tanto, interessa à pesquisa saber como os jornais produzem sentido sobre o evento em si; com quais textos há diálogo, assim como se há discordância ou concordância entre si; e como tais informações poderiam ser apresentadas de outra forma.

Analisaremos também os jornais com a intenção de observar quais silêncios foram promovidos na cobertura jornalística e como eles podem ter afetado na caracterização da imagem do motim. Nesta perspectiva, trabalharemos com a política de silêncio, cuja pressuposição sugere o apagamento dos demais sentidos quando se opta pela escolha de um, promovendo recortes entre o dito e o não-dito (ORLANDI, 2007, p. 73). Busca-se aqui a característica polissêmica do texto jornalístico, considerando que o objeto em questão dispõe de simultâneos sentidos capazes de significar distintamente ao longo da narrativa construída (ORLANDI, 2000, p. 38).

Também é importante averiguar quais relações de poder emergem do texto jornalístico da imprensa cearense sobre o motim considerando que a construção discursiva adquire sentido de acordo com as posições do enunciador, “em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Michel Pêcheux considera inclusive, a ideologia, para além do conceito marxiano empregado, uma vez que ele avalia como igualmente importante para esta análise o aspecto econômico (PÊCHEUX, 1997, p. 143), que pode, em última instância, indicar relações entre Estado e mídia na construção noticiosa do motim aqui analisado.

### **Movimento de ‘criminosos’**

Com as pressuposições observadas acima é possível atestar que os jornais cearenses narraram o primeiro motim da Polícia Militar do Ceará com certas consonâncias e divergências. Apesar da variação nas significações, a cobertura resultou em três principais atos: desmobilizar, desacreditar e criminalizar o movimento.

---

Essa construção narrativa se deu a partir dos textos escritos pelos jornalistas, imagens escolhidas para as páginas e silenciamento de certos fatos ou palavras. Inicialmente, trataremos aqui da própria caracterização do movimento e dos caminhos seguidos pelos periódicos para descredibilizá-lo. Os textos jornalísticos de ambos os jornais deixaram emergir visões difusas sobre o movimento, uma vez que ele era inédito no Ceará. Contudo, ambas convergiram para um mesmo ato: a criminalização.

O movimento policial militar é compreendido pelo *O Povo* como ilegal tendo como base a própria legislação, como a Constituição Federal e o Código Penal Militar. Na página 17A, do dia 1º de agosto, um quadro traz a opinião de quatro especialistas em direito (um procurador, um advogado, um juiz e um promotor) que avaliam de forma unânime a ilegalidade do movimento. Por outro lado, ainda que publique reportagem desta forma, o jornal utiliza um selo<sup>9</sup> nomeando a cobertura como “Greve Das Polícias”. Além disso, há uma série de sinônimos utilizados para se referir ao movimento policial, sendo eles, principalmente: motim, revolta, greve e protesto, o que sugere ausência de compreensão do significado daquele evento.

Isso também ocorreu com o *Diário do Nordeste*, que utilizou os mesmos termos, mas acrescentou efetivamente a palavra manifestação, que intenta dar um tom mais ameno para a cobertura, mas expressa sentido de movimento social. Para o periódico, criminalizar o movimento sob o argumento da legislação é secundário, pois o problema real é o aparato bélico nas mãos dos “manifestantes”. O *Diário do Nordeste* afirma que o comando da PM e a liderança do movimento ficaram temerosos “porque a maioria dos policiais grevistas estavam armados”<sup>10</sup>.

Ambos os jornais não pouparam críticas aos próprios policiais que integravam o movimento. Ainda que alguns adjetivos tenham sido usados através de aspas de representantes do governo estadual, houve bastante destaque para essas caracterizações, representando, possivelmente, um endosso aos termos. Alguns dos adjetivos utilizados foram: insurretos, amotinados, criminosos, insubordinados, transgressores da lei, elementos, rebelados, rebeldes, irresponsáveis e boicotadores.

Além dessas caracterizações, que carregam significados negativos e reforçam o desvio, cabe ressaltar um termo utilizado especificamente pelo *Diário do Nordeste*: o de

---

<sup>9</sup> Um selo em um periódico é uma peça visual que demarca em grandes coberturas as reportagens relativas àquele assunto específico.

<sup>10</sup> *Diário do Nordeste*, 30 jul.1997, p. 3

---

sindicalistas. O substantivo adjetivado é utilizado para relacionar o movimento policial a partidos e movimentos sociais de esquerda, que inclusive são citados em algumas reportagens<sup>11</sup>. A prática é muito transparente: igualar a ação policial com a de movimentos de esquerda para descredibilizar suas pautas, apostando na sua criminalização. Em algumas reportagens, há ironias nos textos, que mostram divergências entre os grupos: “Acostumados a apanhar da Polícia em manifestações, os sindicalistas acompanharam e apoiaram a passeata dos policiais rebeldes”. Ressalte-se que os jornais reproduzem uma fala do então secretário da Segurança Pública, na qual ele afirma que alguns policiais estavam “bêbados”, como estratégia de desqualificação.

Por outro lado, o jornal *O Povo* constrói, principalmente a partir do segundo dia de cobertura, narrativas que colocam os policiais como pessoas humildes, ressaltando salários, trazendo histórias de penalizações e até corroborando com as reivindicações que deram origem ao motim. O periódico concede espaço para que os policiais possam contar suas versões e até narrar o que seria considerado por eles como injustiça e perseguição: “Com a carteira na mão, ele mostrou o dinheiro que tinha para levar para casa: R\$ 3,00 e disse que sua ficha limpa como soldado lhe dá o direito de passar por um Conselho de Justificação”<sup>12</sup>. O mesmo não acontece no *Diário do Nordeste*, que traz posições dos policiais ou representantes imersas nos textos e sem muitos questionamentos, como se cumprisse apenas a regra jornalística “ouvir todos os lados”.

### **Motim como uma guerra**

Outro aspecto que emerge da cobertura jornalística nos jornais é o uso de um discurso bélico. Os textos são construídos com alguns chavões jornalísticos, como “cenário de guerra” e “fogo cruzado”, ressaltando palavras como “conflito” e, especialmente, “confronto”<sup>13</sup>, esta provavelmente mais utilizada em razão de ambos os lados estarem munidos de armas de fogo, equiparando-os em poderio bélico.

Apesar do contexto, os jornais não utilizam a palavra violência, o que chama atenção, ainda que a narrativa construída por texto e imagens opere este significado sem

---

<sup>11</sup> São citados: Movimento Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Bancários, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Vigilantes, Sindicato dos Servidores Federais, entre outros.

<sup>12</sup> *O Povo*, 1 ago. 1997, p. 16A

<sup>13</sup> É possível verificar o caráter polissêmico (ORLANDI, 2000) da palavra “confronto” durante a cobertura. Inicialmente, ela é utilizada para se referir ao conflito entre tropas leais ao governo e os policiais desviantes; em seguida, é utilizada pelo secretário da Segurança Pública do Estado para dizer que aumentaria a pressão contra os policiais, como se houvesse um confronto por causa de um confronto.

---

a necessidade de nomeá-lo. Conforme Chauí (2006, p. 123) “a violência consiste no ato físico, psíquico, moral ou político pelo qual um sujeito é tratado como coisa ou objeto”, logo, questionamos: por que a situação financeira dos policiais que participam do motim e as rotinas de trabalho consideradas por eles como massacrantes não são vistas pelos periódicos também como uma violência? Isso nos leva à discussão das diferentes violências conceituadas por Sodré (2006).

O autor caracteriza como violência anômica aquela mais visível, observada através da mídia quando se narra crimes e assaltos em seus discursos. Já a violência social é invisível e “deriva de um efeito de inércia sobre os indivíduos, imposto por uma ordem cosmopolita, que é a do Estado com seus aparelhos e articulações sociais” (SODRÉ, 2006, p. 16). Percebe-se que na cobertura do motim cearense, ainda que os jornais não tenham usado a palavra violência, suas correlações foram utilizadas apenas sob o ponto de vista anômico, sem atentar para o aspecto polissêmico do termo.

O discurso de guerra, aqui também visto de forma anômica, é tratado desde o início da cobertura por causa do tiroteio ocorrido entre as tropas fiéis ao governo e os policiais desviantes no primeiro dia de motim. O tiroteio deixou seis pessoas feridas, incluindo o comandante da Polícia Militar, coronel Mauro Benevides, atingido com um tiro nas costas. Metaforicamente, o jornal *O Povo* parece ter compreendido a relevância do caso em um subtítulo: “Mais do que o comandante, o tiro atingiu o nervo central da PM: a hierarquia<sup>14,15</sup>. As imagens e os textos sobre o episódio caracterizam o coronel como uma vítima, em oposição aos policiais que estavam nas ruas. Os dois periódicos recorrem a criação de um perfil do comandante, ressaltando sua família, sua formação, o tempo de carreira dedicado à corporação e usando adjetivos como moderado, aberto ao diálogo e discreto. O jornal *Diário do Nordeste*, particularmente, tratou o disparo contra o comandante como uma “agressão”.

A imagem do comandante não poderia ser diferente, já que ele é um dos expoentes da família Benevides. O seu primo, também chamado Mauro Benevides<sup>16</sup>, era

---

<sup>14</sup> A hierarquia é considerada por Leirner (1997) como a espinha dorsal do militarismo. Ainda que o livro aqui citado faça uma antropologia da hierarquia no Exército brasileiro, é possível compreender que, por ser uma instituição militarizada, a Polícia Militar também tem como aspecto principal da sua existência a hierarquia, que, caso atingida, afeta a disciplina e a própria identidade da corporação.

<sup>15</sup> *O Povo*, 30 jul. 1997, p. 3E

<sup>16</sup> Carlos Mauro Cabral Benevides foi deputado federal, senador constituinte e presidente do Senado durante o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo. A família possui influência política até hoje com um representante na Câmara Federal, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT), cujo espectro político está alinhado ao centro, com ligações diretas ao grupo político dos irmãos Ciro e Cid Ferreira Gomes.

---

na época um dos grandes representantes políticos cearenses, com forte poder de influência na mídia e no estado, tendo escrito para o *Diário do Nordeste* como colunista por vários anos. Essas relações podem indicar outro motivo que explique o aspecto punitivista que também salta da cobertura a partir, principalmente, dos representantes do Estado, que expressam a vontade de responsabilização rápida com o claro intuito de desmobilizar os policiais.

Os dois periódicos dão destaque para punições aplicadas pelo governo, como suspensões, demissões e prisões. Ainda que *O Povo* faça ponderações relativas à legalidade dos encarceramentos, o *Diário do Nordeste* não voltou a debater esse fato. Por isso, as ameaças de punição e as suas ocorrências em seguida parecem “fazer parte do jogo” e funcionam como outras ferramentas de desmobilização do movimento.

#### **A ausência da figura ‘povo’**

As pessoas que mais são afetadas pela ausência de uma segurança pública efetiva nas ruas não foram privilegiadas na cobertura dos jornais cearenses durante o motim. Houve silenciamento (ORLANDI, 2007) dessa vertente de debate nas páginas, relegando à população um papel subalterno na discussão sobre segurança pública e deixando, nas entrelinhas, que o motim não estaria prejudicando a população nas suas respectivas regiões, com ausência de policiamento do Estado.

O *Diário do Nordeste* demonstra uma falsa preocupação com os efeitos do motim na população, pois não apresenta informações de como a ausência dos policiais afetou as suas vidas, referindo-se a expressões vagas, como “pânico e correria entre os populares” no dia do tiroteio. Quando o periódico olha um pouco além do movimento policial, afirma, por meio de gestores da segurança, que o Fortal<sup>17</sup> ocorreria sem problemas, com bastante policiamento e incentivando os foliões a comparecerem. Quando trata de problemas de segurança pública – como assaltos, prisões e assassinatos –, nenhum deles é apontado como decorrente do movimento policial. Já as greves de vigilantes e agentes prisionais, que ocorrem na esteira do movimento, seriam “incentivadas” pelo movimento policial. Tais construções narrativas expressam a tentativa de enquadrar o motim como um movimento ineficiente (por não provocar

---

<sup>17</sup> O Fortal é um Carnaval fora de época que ocorre no mês de julho em Fortaleza desde 1992.

---

efeitos nocivos na sociedade) e influenciador (por causar um efeito dominó em outras categorias).

*O Povo* também não foca nos efeitos sentidos pela população, ainda que busque informações sobre o funcionamento de delegacias, presídios, Instituto Médico Legal e aeroporto. Embora não cite o Fortal dentro da cobertura – o que parece significar questões comerciais com o concorrente –, o periódico também não trabalha melhor as informações sobre homicídios ocorridos durante o motim, citando apenas o que ocorreu em alguns deles sem explicitar se houve aumento significativo nos crimes letais.

Outro aspecto relevante para a compreensão das formas de desmobilização utilizadas é a presença ou ausência de números. Enquanto *O Povo* não referenciou a quantidade de policiais presentes no movimento, utilizando termos como “grande”, “pequeno” ou “esvaziado”, o *Diário do Nordeste* usou números específicos, que foram aproveitados mais à frente para reduzir o impacto da associação de policiais nas ruas. Por exemplo: se na primeira manifestação havia 3 mil policiais nas ruas (conforme os movimentos) e 2 mil (conforme o Estado); no segundo dia, só havia 200. Desta forma, as operações de definição ou indefinição numéricas aplicadas nas construções narrativas também tinham a intenção de desmobilizar o movimento. Tanto que o motim passou a ser tratado, já no segundo dia, como um movimento “enfraquecido”, “desnordeado” e “órfão” em função das prisões das lideranças.

### **Considerações finais**

Este artigo demonstrou de que forma as estratégias discursivas foram operadas pelos dois principais jornais do Ceará durante o primeiro motim da Polícia Militar do Ceará, em 1997. A análise deste objeto em particular verificou que a mídia, no calor dos acontecimentos do motim, não compreendeu muito bem o seu caráter, mas, mesmo assim, atuou discursivamente em seus periódicos para desmobilizar, desacreditar e requerer punição aos participantes do movimento, alinhando-se ao Estado e retirando a população da discussão pública. A operação amplificou o discurso governista e adotou termos e estratégias discursivas utilizadas pelos representantes governamentais.

Desta forma, a cobertura cearense foi diferente em relação à de Minas Gerais, o que pode explicar, inclusive, o porquê de os militares mineiros terem atingido seus objetivos, enquanto os cearenses não. A cobertura midiática da imprensa mineira, em

---

especial do jornal *O Estado de Minas*, foi considerada por Almeida (2010, p. 30) como de “total apoio” ao movimento. No Ceará, um comandante foi a vítima; em Minas, um cabo da PM que participava dos protestos. Ou seja, um mesmo evento, embora se desenvolva de forma distinta com atos distintos, pode provocar coberturas diferentes.

Há ainda um contexto importante de se ressaltar, que pode passar despercebido da cobertura pelo pequeno espaço que ocupa. Em uma entrevista com o Secretário da Segurança Pública, os jornalistas dos dois jornais perguntaram sobre um fato descoberto no início de 1997: a existência de um grupo criminoso formado por policiais militares, civis, traficantes e pistoleiros, que ficou conhecido como Caso França. Na entrevista com o secretário, jornalistas se mostraram céticos com relação à punição dos militares do motim justamente por causa da ausência de punição no caso do grupo criminoso<sup>18</sup>. Lembramos Reiner (2004), ao considerar a rachadura na credibilidade da polícia em decorrência de outros desvios, que podem ter influenciado na cobertura, além da constante negociação com o público (e a imprensa) acerca dos feitos e malfeitos.

Desta forma, a pesquisa apontou que é possível e necessário voltar o olhar não apenas às construções narrativas dos desvios mais frequentes da Polícia Militar – como em operações policiais, homicídios e chacinas –, mas também aos aspectos que colocam em evidência a dissonância entre o Estado e o seu aparelho repressivo. Motins das polícias militares ficaram, inclusive, mais frequentes desde então. Entre 1997 e 2017, 52 paralisações de policiais militares ocorreram no Brasil<sup>19</sup>. Depois desse período, houve motins, novamente no Ceará, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, o que evidencia a necessidade de prestar atenção nas coberturas desses eventos para efetuar informações mais coerentes com a sociedade e o interesse público.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabelo. **Tropas em Protesto**: O ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ALVES, Juliana do Carmo Cardoso. **Memória Dividida**: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

---

<sup>18</sup> Mais informações sobre o Caso França estão na matéria: Justiça decreta prisão de policiais no Ceará. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/02/cotidiano/59.html>>.

<sup>19</sup> Dados se encontram em reportagem da *Revista Piauí*, intitulada “Greve, motim e chantagem pelo poder”, publicada em 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/greve-motim-e-chantagem-pelo-poder/>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**, Brasília, 21 out. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e autoritarismo: o mito da não-violência. In: \_\_\_\_\_. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. p.115-142.

ENTMAN, Robert M. ‘Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm’. **Journal of Communication**, Oxford, v. 43, n. 4. p. 51–58, dez. 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIMA, Renato Sergio de; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Greve, motim e chantagem pelo poder. **Revista Piauí**, São Paulo, 20 fevereiro 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/greve-motim-e-chantagem-pelo-poder/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MOTA, Paulo. Justiça decreta prisão de policiais no Ceará. **Agência Folha**, Fortaleza, 2 abril 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/02/cotidiano/59.html>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução de Eni P. Orlandi [et al]. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

REINER, Robert. **A política da polícia**. Tradução de Jacy C. Ghirotti e Maria C. P. Da C. Marques. São Paulo: EDUSP, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. 2. ed. – Porto Alegre: Sulina, EDIPUCRS, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.